

FACULDADE DO NORTE NOVO DE APUCARANA
FACNOPAR

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
2007 - 2011

Apucarana, dezembro de 2006

FACULDADE DO NORTE NOVO DE APUCARANA
FACNOPAR

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
2007 - 2011

Documento apresentando o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Faculdade do Norte Novo de Apucarana – FACNOPAR, referente ao período de 2007 a 2011.

Apucarana, dezembro de 2006

Sumário

I.	Missão, objetivos e Metas.....	4
I.1.	Missão	6
I.2.	Credo	6
I.3.	Diretrizes gerais	6
I.4.	Balço do período anterior.....	7

Missão, objetivos

A Faculdade do Norte Novo de Apucarana – FACNOPAR -, credenciada pela Portaria MEC nº 2.277, de 18 de outubro de 2001, publicada no D.O.U. de 19 de outubro de 2001, foi concebida como um estabelecimento de ensino superior mantido pelo CESA – Centro de Estudos Superiores de Apucarana, o qual, a partir de 2006, passou a ser constituído como uma *“associação para fins não econômicos, como instituição de educação mantenedora de ensino superior e assistência social beneficente na área de ensino superior, sem finalidade lucrativa, com autonomia jurídica, administrativa e financeira”* (Estatuto, 2006, p. 1). O novo estatuto da mantenedora está registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas de Apucarana sob nº 654/7, livro A-4, em 20 de fevereiro de 2006.

Como instituição assistencial, o CESA foi registrado no Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Serviço Público Federal, pela Portaria nº 1.033, de 29 de Junho de 2006 e publicado no D.O.U. de 30 de junho de 2006. Encontra-se registrado no Conselho Nacional de Assistência Social, órgão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome com Atestado de Registro nº R0492/2006. No estado do Paraná, foi declarado como instituição de utilidade pública por meio da Lei nº 15.088, de 04 de Maio de 2006 e, no município de Apucarana, por meio da Lei nº 031/06, de 24 de Agosto de 2006.

Tendo em vista esta mudança estatutária, a FACNOPAR, para se ajustar a esta nova realidade, vem realizando profundas mudanças, tanto do ponto de vista legal, com a alteração do seu Regimento e demais instrumentos reguladores e normativos, quanto da forma e direcionamento na definição das políticas para o próximo período.

Nesse sentido, este PDI reflete um contexto de mudança cuja concretização é visualizável numa análise de conjunto das ações que estão sendo propostas para o período de 2007 a 2011.

A FACNOPAR passou esses primeiros cinco anos buscando atingir as metas traçadas no PDI anterior. Em termos de cursos, foram implantados, no ano de 2004, os cursos de: Comunicação Social, com as habilitações em Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas, e Normal Superior com a oferta de 100 vagas, para cada habilitação, sendo 50(cinquenta) vagas no período matutino e 50(cinquenta)vagas no período noturno. No ano de 2005, implantou e ofertou processo seletivo sem interrupção para os Cursos Superiores de Tecnologia em: Gestão de Empreendimentos Rurais, cuja denominação passou a ser Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio, Gestão de Recursos Humanos, Design de Interiores, Gestão em

Comércio Exterior, estes com a oferta de 100(cem)vagas, sendo 50(cinqüenta) para o período matutino e 50(cinqüenta) para o período noturno, o Curso Superior Tecnológico de Marketing de Varejo, que em 2007, passou a denominar-se Curso Superior de Tecnologia em Marketing, com a oferta de 100(cem) vagas no período noturno e o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Imobiliária, com a oferta de 50(cinqüenta) vagas no período noturno. O curso de Direito, implantado em 2002, está sendo ofertado sem interrupção. Ainda que em algumas situações não houve preenchimento de todas as vagas, foi garantida aos candidatos aprovados a abertura de turmas¹.

Ao mesmo tempo, formava seu quadro docente, de técnicos-administrativos e de gestores. Esse processo, se, por um lado, teve seus percalços, por outro, permitiu um amadurecimento da instituição em todas as instâncias, o que lhe garantiu as condições para a elaboração e definição de políticas mais claras e fortemente assentadas na realidade em que está inserida.

A conformação das políticas da FACNOPAR, a partir de então, passou a ser orientada por linhas mestras ou objetivos gerais, os quais visam dar o direcionamento geral para a definição das ações e a análise conjuntural para o estabelecimento das metas a serem realizadas.

Na sua implantação, a FACNOPAR definiu sua missão e os objetivos gerais que visavam apresentá-la à comunidade, objetivando conquistar credibilidade e aceitação. Cumprida essa etapa com grande êxito, a instituição parte para um novo momento em que não se trata mais de implantar, mas de consolidar o que foi construído. Com isso, após discussões internas, ficou deliberado que o objetivo geral para o período de 2007 a 2011 para toda a instituição é o de **"consolidar a instituição com conceitos de excelência"** e **"alcançar qualidade nos serviços prestados visando à obtenção do selo da ISO 9.000 e 14.000"**.

Para cumprir essa linha mestra, toda a instituição vem passando por ajustes, ordenamentos e realinhamentos para garantir que, no prazo de cinco anos, esse objetivo seja alcançado.

Com isso, a partir de sua missão e o seu credo, foram definidas as diretrizes para o próximo período como se segue abaixo.

¹ Para um maior detalhamento sobre os dados dos cursos quanto às vagas, matrículas, concluintes etc, consultar o Relatório de Avaliação da CPA – Avaliação Geral.

I.1. Missão

Promover a formação integral da pessoa humana e sua capacitação ao exercício profissional, incentivando o aprendizado contínuo e a atuação solidária para o desenvolvimento da sociedade.

I.2. Credo

A FACNOPAR crê que seu compromisso fundamental com a sociedade é o de promover a cultura do homem, que provém do homem e é para o homem.

I.3. Diretrizes gerais

- Consolidar o ensino da FACNOPAR, nos cursos de graduação, tecnológicos e de pós-graduação, com conceitos de excelência;
- Consolidar a pesquisa e a extensão articuladas com o ensino, conforme o perfil da instituição e da comunidade, visando ao seu crescimento e aperfeiçoamento;
- Consolidar a FACNOPAR como uma instituição promotora e impulsionadora de ações de extensão e de responsabilidade sócio-ambiental, realizada por ela e por outras instituições e/ou empresas que estejam em parcerias com a FACNOPAR ou por ela assessorada;
- Fortalecer as práticas internas de auto-avaliação, por meio de metodologias de avaliação apropriadas a cada área, com respeito e responsabilidade ao direito individual e coletivo, garantindo a manifestação livre de todas as correntes de pensamento, em clima de liberdade, solidificando-se como uma instituição aberta e com auto-crítica;
- Consolidar uma política de valorização dos recursos humanos como diretriz fundamental na consecução dos objetivos da FACNOPAR
- Adequar todos os serviços internos visando à obtenção do selo da ISO 9.000 e 14.000

Essas Diretrizes serviram para a definição das políticas para cada setor, cuja elaboração e definição contou com uma ampla e democrática participação dos respectivos setores e de seus respectivos agentes executores.

Cabe ressaltar ainda que a definição das ações e metas para o próximo período teve como base dois grandes referenciais: um primeiro, de caráter

projetivo, objetivado no PDI anterior da instituição, no qual estavam explicitados os anseios e expectativas a partir de uma realidade parcialmente conhecida; e um segundo, com base em experiências e dados reais, oriundos do processo de auto-avaliação institucional, interno e externo, o qual nos indicou os aspectos e condições reais de concretização das metas.

Para tanto, utilizamos a seguinte metodologia de trabalho:

1. Leitura e discussão dos documentos legais que regem a avaliação do ensino superior;
2. Composição de uma equipe responsável pela sistematização do documento do PDI, composta pela vice-direção, diretores e equipe de apoio;
3. Elaboração de um documento-mestre com a definição das áreas estratégicas nas quais seriam definidas as políticas;
4. Análise dos resultados do relatório de auto-avaliação institucional;
5. Repasse a cada um dos setores esses resultados para nortear a definição das políticas, ações e metas, tomando como referência, além dos objetivos e diretrizes, as necessidades para a execução das políticas;
6. Sistematização dos trabalhos de cada setor;
7. Redação final do documento;
8. Divulgação, apresentação e aprovação pelas instâncias superiores.

Esse processo foi extremamente importante para a consolidação de uma prática de gestão participativa, pois permitiu que cada um dos setores passasse a ter uma visão de conjunto da instituição, uma vez que pode apresentar e discutir os limites e as possibilidades de cada área, quando da definição das políticas, ações e metas. Dessa experiência, um dos resultados, foi o fortalecimento de uma equipe diretiva e executiva, ciente de seus desafios e percebendo a sua função e responsabilidade para a realização de um objetivo coletivo.

Antes de apresentar os resultados deste trabalho, considerou-se importante traçar em linhas gerais um breve balanço em torno do que foi projetado no período anterior.

1.4. Balanço do período anterior

Tomando como referência o PDI anterior, o qual serviu para a autorização e implantação da FACNOPAR, algumas considerações são necessárias em torno do que havia sido definido naquele documento quanto às políticas para o ensino, à pesquisa e à extensão.

Numa certa medida, as linhas de ação explicitadas no documento anterior, partiam de uma série de intenções projetadas a partir dos anseios e

expectativas por parte do corpo diretivo e da mantenedora. As condições para a realização dessas políticas mostraram-se, em alguns aspectos, condizentes e em outros não, em especial quanto às possibilidades de sua realização no prazo e nas condições estabelecidas. A experiência e o amadurecimento da equipe, deliberativa, diretiva e operacional, ainda que tenham sofrido alterações neste período, possibilitaram a construção de um Plano de Desenvolvimento Institucional para o período de 2007 a 2011, com maior clareza e segurança na definição, em alguns casos, na redefinição das políticas e conseqüentemente, das ações e metas para a FACNOPAR.

Diante dessas questões, em relação ao período anterior, em linhas gerais, pode-se expor as seguintes considerações:

Quanto à implantação dos cursos, alguns que estavam contemplados no projeto não foram implantados, em função, particularmente, de uma mudança na conjuntura regional em termos de oferta por outras instituições de ensino superior, bem como face ao reconhecimento com maior detalhe sobre o potencial e o perfil do público com o qual a FACNOPAR atua. Em função desses aspectos, tornar-se-ia inviável estruturar e solicitar a abertura de todos os cursos que foram planejados.

Quanto à pesquisa, extensão e pós-graduação, o processo de implantação tomou, tanto em termos de infra-estrutura quanto de pessoal, grande parte dos recursos e do tempo dos profissionais da instituição, não permitindo, em decorrência, que fossem alcançados os resultados esperados. No entanto, para o próximo período este é um dos setores no qual serão feitos investimentos, a partir de uma revisão das políticas e metas, ajustando à realidade da instituição e de seu entorno.

Da mesma forma, a Extensão e Assuntos Comunitários estão sendo redimensionados e, para o próximo período, a questão da Responsabilidade sócio-ambiental passa a ser uma dimensão fundamental da instituição, inclusive com a alteração do nome da Diretoria que deixa de ser denominada "Diretoria de Extensão e Assuntos Comunitários" e passa a ser denominada "Diretoria de Extensão e de Responsabilidade sócio-ambiental".

Com isso, as políticas e as metas projetadas para o próximo período estão sendo profundamente revistas para que possam estar mais organicamente vinculadas ao potencial, às possibilidades e ao perfil institucional e regional atual.

Quanto às políticas de pessoal, dois aspectos foram determinantes nesta dimensão: primeiro, em função da conjuntura regional exigir docentes titulados, o que dificultou a adequação do corpo docente e técnico-administrativo ao Plano de Carreira Docente proposto anteriormente, bem como de pessoal técnico-administrativo com formação e experiência para atuar no ensino superior. Em segundo lugar, as mudanças que foram

necessárias no quadro diretivo, fizeram com que muitas ações nesse sentido não pudessem ser efetivadas. Nesses últimos dois anos, o quadro de pessoal vem adquirindo mais estabilidade, numa certa medida, está ocorrendo uma acomodação do mercado de trabalho na região, a instituição está mais segura quanto ao seu potencial e de sua política de pessoal, o que permitiu a estruturação de um Plano de Carreira Docente e de Técnico-Administrativo, possível de ser concretizado integralmente numa dimensão temporal, condizente com sua capacidade financeira e da mantenedora;

O mesmo quadro de estabilização é encontrado em relação ao ensino e, em decorrência, no Projeto Pedagógico Institucional. Esse foi sendo realizado na prática, envolvendo a definição de medidas, diretrizes, as quais atendiam à realidade do momento. Passado esse período inicial, hoje a instituição tem clareza quanto ao seu projeto pedagógico e quais são as práticas que devem ser realizadas pelo seu corpo docente. No que diz respeito a essa questão em particular, para o ano de 2007, muitas mudanças foram planejadas visando, num médio prazo à adequação dos cursos, principalmente dos currículos, e de pessoal para esse projeto pedagógico.

Além desses aspectos conjunturais locais, também é importante ressaltar que no período de 2002 a 2006, em nível nacional, os órgãos de regulamentação e de fiscalização das IES, aprovaram uma série de processos e exigências, os quais não estavam plenamente desenvolvidos e definidos quando da autorização e implantação da FACNOPAR. Entretanto, ainda que isso possa denotar uma certa instabilidade, a instituição vem gradativamente atendendo a essas exigências, tanto em termos de qualidade quanto de condições legais para continuar atuando com qualidade e credibilidade perante as comunidades acadêmicas, institucionais, locais e regionais.

Nesse sentido, uma das medidas de maior envergadura, certamente diz respeito à definição do processo de avaliação institucional, explicitados na Lei SINAES que, com toda certeza, representa um avanço para o ensino superior no Brasil. No entanto, essas definições vêm trazendo para as instituições a necessidade de um ajuste fino quanto às dimensões, critérios e processos os quais devem ser considerados na avaliação e auto-avaliação.

Com isso, tomando como referência os documentos e legislação pertinentes à avaliação institucional – interna, externa e de cursos – procurou-se estruturar este PDI de acordo com as dimensões explicitadas naqueles documentos. A estrutura, portanto, deste documento, difere sobremaneira do PDI anterior, o qual não foi elaborado a partir desses parâmetros. Neste PDI foram definidas as seguintes áreas para a formulação de políticas:

- Ensino
- Pesquisa e Pós-Graduação

- Extensão e Responsabilidade sócio-ambiental
- Pessoal (Docentes, Técnico-Administrativo e Diretivo)
- Infra-estrutura
- Sustentabilidade financeira

Para uma melhor visualização, essas informações foram organizadas numa tabela com as políticas, as ações e as metas para um período de curto, médio e longo prazo. Quanto à dimensão temporal, foram definidas como CURTO PRAZO as ações e metas a serem alcançadas durante o ano de 2007; como MÉDIO PRAZO, as ações e metas a serem realizadas até o final de 2009 e, LONGO PRAZO, aquelas para serem realizadas até o final de 2011.